

EM TEMPOS DE DENUNCISMO: O PAPEL DOS CAPITÃES DO MATO NA LEGITIMAÇÃO DA TIRANIA

Por Elisane Fank e Geraldo Balduino Horn

O ano de 2015 deixou suas marcas em cada profissional da educação do Estado do Paraná, bem como em muitos estudantes que estiveram no confronto com o governo em 29 de abril pela defesa dos direitos e pela qualidade da educação pública. De lá para cá o conteúdo arbitrário e autoritário do governo se evidenciou na supressão dos direitos, no absoluto conservadorismo moral expressado na lei da mordaza e no denunciamento.

A figura do “capitão do mato” pareceu tomar conta dos estabelecimentos de ensino, de forma que os olhos e a voz do governo se multiplicaram nas escolas, através de colegas e de estudantes impulsionados, em especial, pelas mesmas forças que motivaram o golpe em 2015. Mais de três mil profissionais da educação foram envolvidos em sindicâncias e processos administrativos no Estado do Paraná desencadeando em muitas punições ainda em curso, muitas vezes a despeito das indicações do Conselho do Magistério.

A grande maioria das denúncias incide sobre o movimento Ocupa Escola em 2016. De um lado, as acusações caíram sobre o possível fato de que os alunos teriam permanecido no estabelecimento de ensino sem a supervisão de um adulto responsável pela preservação da integridade física, moral emocional e psíquica dos estudantes; por outro lado, estudantes estavam sendo incitados pelos profissionais da educação como “lideranças” do movimento. A falta de direcionamento destas denúncias expressa de forma evidente o caráter político de perseguição ao funcionalismo público em especial aos ligados aos sindicalizados.

O conteúdo da maior parte das denúncias menciona ações contra as “diretrizes governamentais” ou, conforme relato, declarado pela comissão processante: “restou demonstrado que a manifestação era de natureza político partidária”

Em grande parte, esse conteúdo estava imbricado de termos levinos, de adjetivos inadequados, de absoluta falta de entendimento de conceitos primários - como a diferença entre política e partido. Denúncias multiperspectivadas que caracterizam o momento histórico de 2016, permeado por diversos movimentos políticos, sem um lócus comum que evidencie prejuízo a algo ou alguém por parte destes profissionais da educação.

Resta uma pergunta: no contexto da democracia representativa, a partir do momento em que o governante é eleito legitimamente pelo povo estaria ele em acordo com os direitos fundamentais? Direitos, por sua vez, não colidem com privilégio de uns em detrimento de outros. Entende-se, outrossim, que as diretrizes são do Estado e são definidas

por políticas públicas que defendam os direitos fundamentais.

Nesse sentido, o governo deveria representar ou estar em consonância com esses direitos. Concebe-se, nesta lógica, que o uso deste termo pode vir a polarizar as relações entre direitos e privilégios na contramão da histórica democracia representativa, aquela que elegeu os representantes da sociedade civil, bem como aquela que define políticas garantidoras de direitos constitucionais. Negar isto e conceber que existam diretrizes governamentais para além e para fora da democracia faz com que o próprio conteúdo das denúncias coloque o governo na condição de tirania.

Na esteira da reflexão sobre direitos fundamentais, concebe-se, portanto, que as próprias denúncias assumem o conteúdo partidário das diretrizes governamentais, mesmo querendo fazer alusão a escola sem partido ou a lei da mordaza.

Nesta premissa, infere-se que as denúncias apócrifas que indicam ações contra as diretrizes governamentais trazem consigo um conteúdo político partidário. Destaca-se que estar ou não em consonância com “diretrizes governamentais” invariavelmente já traduz aí alguma tendência partidária. O conjunto de denúncias, portanto, expressa a grande confusão entre o que são ações políticas e ações partidárias num contexto histórico em que a democracia (unilateral) e pluralismo são discursos de legitimação do conservadorismo.

Em tese, o caráter partidário das próprias denúncias deveria anular-se por si só quanto ao seu fundamento. Contudo, mesmo tendo sido esta a alegação de muitas defesas registradas pelos indicados, bem como por parte dos conselheiros do magistério, estas análises e argumentos não se fazem mais suficientes neste momento histórico configurado em absoluto pelo denunciamento, pelas perseguições políticas e pela punições legitimadas e incitadas pelos muitos capitães do mato neste triste momento de recuo conservador no Estado do Paraná.

Não podemos aceitar calados as perseguições políticas que os/as professores/as sofrem atualmente no Brasil, especialmente no Paraná. O conhecimento, a reflexão, os movimentos sociais organizados ainda são as nossas melhores armas para combater a miséria, a ignorância e a exploração do trabalho humano preconizadas pelo sistema capitalista hodierno desenfreado e doentio.



A ECONOMIA POLÍTICA DA ATUAL CONJUNTURA EM UM PROCESSO SOCIO-HISTÓRICO

Por Marcelo Gonçalves Marcelino
Pesquisador do Nep/UFPR e NeseF/UFPR
mgmarcelino10@yahoo.com

A luta de classes no Brasil sempre teve um caráter de exploração e pilhagens e está relacionada às formas de organização da classe dominante desde a sua origem, onde os aspectos socioculturais desembocaram numa ruptura bastante nítida entre os grandes agrupamentos miscigenados e os indivíduos abastados de origem familiar pertencentes à nobreza da terra e seus apadrinhados políticos.

A economia brasileira de característica predatória com base na exploração dos recursos e dos homens escravizados recortou socialmente o país nesse imenso território desde a colonização. A posse da terra e seus títulos de propriedade e honrarias distingue a sociedade brasileira, onde a classe dominante tradicional e a emergente repartem os bens de propriedade e recursos também com os grupos do poder pertencentes aos impérios transnacionais.

A rota de pilhagens e tráficos humanos dá o tom de subserviência ao modelo do atraso socioeconômico desde então. A denominada metamorfose burguesa da Era Vargas não permitiu que mudássemos no sentido das mentalidades e do caráter excludente anticivilizatório. O Brasil transformou-se numa economia pujante industrial sem ainda alcançar a cidadania em pleno século XXI e apesar dos governos social-democratas que adentraram esse século continuamos a reproduzir o modelo da desigualdade econômica e social de quase sempre.

As questões estruturais da nossa economia são fatores importantes e devem ser ressaltados como parte do nosso atraso socioeconômico, mas as tragédias golpistas ao longo da história nunca permitiram, não apenas o avanço desenvolvimentista com certa estabilidade político-institucional gerando as bases tecnológicas necessárias para o crescimento do país, como também, foram responsáveis pelas conjunturas de crises sucessivas em termos sociais e políticos no Brasil.

A atual conjuntura econômica e política é resultado da manutenção de um modelo econômico subserviente ao imperialismo e ao sistema de repartição dos lucros e da concentração de renda via arrecadação e ao orçamento do Estado com forte presença do modelo de dívida pública imposta pela classe dominante através das instituições aparelhadas e controladas pelos donos do poder historicamente.

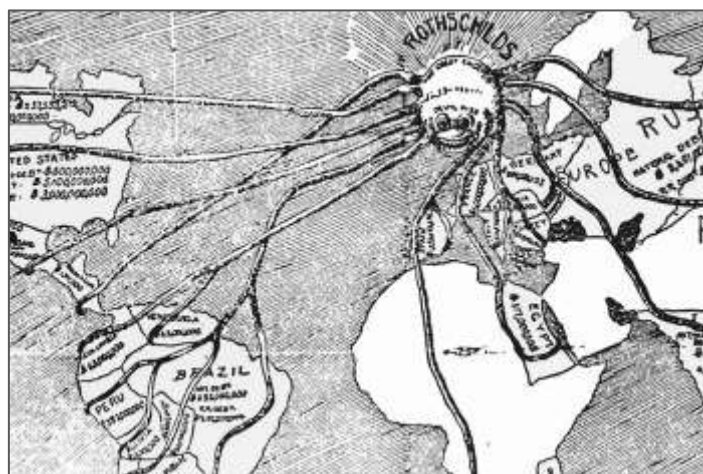
A exclusão e a ausência de uma cidadania plena e não regulada ou tutelada pelo Estado é resultado de um processo de longa duração, tal qual como dizia Marx “histórica e concretamente determinada pelas relações sociais de produção” abarcando a infra e a superestrutura de forma a manter a estrutura e até mesmo as pressões

em prol as cisões de interesse burguês; e com isso, moldando os demais fatores nas diversas contingências, onde as conjunturas se apresentam mediadas pelas coerções legitimadas pela força das autoridades do Estado e das ideologias da classe dominante.

A economia política clássica desde o século das luzes não conseguia responder algumas das principais indagações acerca dos problemas econômicos que conduzem a construção, a permanência e até mesmo o aumento da pobreza e da desigualdade social na sociedade urbano-industrial. As explicações dos economistas clássicos burgueses utilizando-se de um instrumental teórico e analítico *strictu sensu* econômico não davam conta de explicar esse processo como sendo desigual desde a sua origem sócio histórica.

Cabe a tarefa de nos debruçarmos no sentido do olhar histórico sobre as origens sociais dessa desigualdade e compreendermos que cada país construiu a sua cultura e identidade a partir das trajetórias de luta política e social onde a economia é certamente parte dessa transformação. A formação do capitalismo no Brasil passa pela compreensão da exploração da força de trabalho como nos países desenvolvidos, mas contém também um embrião de distinção social que perpassa gerações além da escravidão.

Da posse da terra inicial das capitanias e sesmarias até o agronegócio são séculos de concentração fundiária em contraste ao escravo e depois aos sem-terra. Do país agrário exportador ao urbano industrial são gerações de famílias de posse e controle da gestão das cidades aos sem teto. E no cálculo e na análise da economia política da origem da sua estrutura passa a crítica da economia política clássica que percebe a razão da conjuntura e da ausência de hoje e de sempre.



Fonte: <http://atlanticsentinel.com>

FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO VERSUS EUROCENTRISMO

Por Altair Gabardo Percicotty

Pesquisador do NeseF/UFPR e Professor de Filosofia
do Ensino Médio
agpercicotty@hotmail.com

Na Filosofia da Libertação muitos filósofos tidos como prioritariamente clássicos da Filosofia: Platão e Aristóteles na antiguidade; Descartes, Kant, Hegel, dentre outros principalmente na modernidade são denominados eurocêntricos como já é de conhecimento da maioria dos estudiosos e profissionais da Filosofia. Para Kant a menoridade tem culpa e é a causa existencial que se opõe a maioridade supondo que os povos africanos são periféricos estando em estágio de preguiça e covardia, portanto imaturos, em estado de menoridade. Outro filósofo eurocêntrico é Hegel que demonstra como a história mundial é Deus em sua auto-realização, o fim de toda obra, a história do mundo, da Razão e da Liberdade. Segundo a crítica de Dussel: a história universal vai do Oriente para o Ocidente. A Europa é absolutamente o fim da história universal, a Ásia é o começo. É observado nesse movimento histórico a desconsideração dos continentes africano, latino-americano e asiático, tidos como menores e inferiores. Crianças sem racionalidade, sem poder ser centro, mas apenas periferias, terras do possível futuro pelos descobrimentos definidos por Dussel como Mito da Modernidade estruturando a propagação das explorações, opressões e do Epistemocídio através dos "Sistemas Pedagógicos Educacionais".

Para entender basicamente a Filosofia da Libertação em Dussel e parte de seu nascimento é preciso ter conhecimento prévio do Método Analético. Superando as críticas dos eurocêntricos Kant, Hegel e Heidegger e escutando a palavra provocante do outro, que é o latino-americano sendo analogicamente africano e asiático. Dussel através das filosofias de Feurbach, Schelling, mas prioritariamente da Alteridade de Levinas e da filosofia marxista contribui com o início do processo da F.L. superando a passividade da Dialética. As filosofias do centro europeu pararam covardemente nela e ou a usaram para a opressão. O Método Analético, ou seja, a Analética é a práxis radicalmente real de abertura, escuta, reconhecimento, afirmação e busca concreta de libertação do Outro prioritariamente excluído e marginalizado através da: Erótica (relação homem e mulher); Arqueológica (relação ser humano e o absoluto); Política (relação cidadãos e concidadãos); Pedagógica (relação pais-filhos, mestres-discípulos, líderes-povo) educando para a alteridade da

libertação ou negando essa educação promovendo a opressão.

Para Dussel a Ética é a Filosofia primeira, mas para ser construída essa práxis metodológica e superar o Eurocentrismo é preciso ter a definição das Categorias Analógicas Básicas da Filosofia Dusseliana da Libertação. Essas categorias, sendo articuladas metodologicamente, possibilitam uma crítica conceitual das mais diversas situações reais de dominação, sejam de caráter econômico, político, erótico, religioso, estético ou pedagógico:

1) Proximidade: A relação face-a-face entre o Eu e o Outro é anterior ao mundo, o homem nasce e alimenta-se em alguém. A proximidade pode ser equivocada e arriscada, a mesma mão que acaricia pode bater. A proximidade é festa de libertação e não de exploração, somente aquele que viveu a proximidade na justiça assume sua responsabilidade pelo pobre;

2) Totalidade: Ao sair da proximidade, da relação face-a-face, o ser humano se acerca de coisas em uma multiplicidade indeterminável às quais confere sentido, como entes de seu mundo, em uma totalidade. Na sociedade capitalista a totalidade do ser se funde ao capital, sendo necessário às críticas do mundo cotidiano;

3) Mediação: Ora, sendo a proximidade a imediatez do face-a-face com o outro, e a totalidade o conjunto de entes articulados a partir de um projeto, as mediações tanto possibilitam aproximar-nos no face-a-face e permanecer nele, quanto afastarmos da proximidade. O homem pode tornar-se uma mediação para que o capitalista, pela sua exploração, acumule injustamente mais capital;

4) Exterioridade: Entre todos os entes, o outro está para além de toda totalidade, é sempre exterioridade, possuindo direitos próprios. Não é um projeto de um sistema que o justifica. A existência do pobre-extremo é exterioridade que provoca à justiça como metafísica dusseliana, saber pensar o mundo desde a exterioridade alterativa do outro;

5) Alienação: A alienação é tomar o outro como instrumento (ente como sentido útil) enquanto mediação de um projeto. É o resultado de uma práxis de dominação, que é a afirmação prática da totalidade e seu projeto;

6) Libertação: A libertação consiste na desalienação das pessoas, povos culturas, na instauração de uma nova ordem fundada no respeito à exterioridade tornando o outro sujeito de sua própria história como subversão da ordem alienante que trata o outro como ente. É o momento Analético no face-a-face destruindo a ordem injusta opressora acompanhado por uma nova ordem de práxis de libertação.



A ALIENAÇÃO OU A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL: TEMPOS DE RETROCESSO

Por Sarah Colonaci Lacerda

Estudante do CEP

sarahcaloda@gmail.com

Procuro na Sociologia, o conceito de alienação, aquele que explica os processos de alijamento do indivíduo de sua própria capacidade de pensar, imputando a outrem a tomada de decisões. Parece-me que, este processo se evidencia na cotidianidade das escolas públicas, em especial entre os jovens: não porque não querem pensar, mas porque, talvez, já estejam com sua consciência sequestrada.

O estado de alienação interfere diretamente na capacidade dos sujeitos de agirem e pensarem por si próprios, ou seja, já não possuem a consciência do papel que desempenham na sociedade.

Na Filosofia, o conceito de alienação está associado ao vazio existencial e a falta de consciência própria, onde a pessoa perde sua identidade, seu valor, seus interesses e sua vitalidade, ou seja, torna-se uma pessoa alheia a si mesma. De sua origem, o latim, a palavra “alienação” (alienare) significa “tornar alguém alheio a alguém”.

Pergunto se esse conceito não deveria ser, infelizmente, a definição dos estudantes, não todos, mas de uma grande maioria que frequenta o maior colégio do estado. Em que medida a alienação os fez negligenciar o episódio de 29 de Abril, em que muitos estudantes estavam presentes na resistência frente aos ataques dos direitos dos profissionais da educação? Estarão subsumidos às relações de poder, ao aparelho do estado, às pretensões de cargos ou partidos ou, então, significa a materialização do recuo conservador?

Em uma de suas obras mais paradigmáticas “O Capital” o filósofo, sociólogo, jornalista e revolucionário Karl Marx (1818-1883), desenvolve o conceito da alienação a partir das relações de trabalho na sociedade capitalista e que, por consequência, acaba por desumanizar o indivíduo explorado.

Dentro da Sociologia o alemão, enfatizada a divisão social do trabalho criada pela sociedade capitalista, relatando onde está a construção para o processo de alienação do indivíduo de forma que os(as) trabalhadores(as) que participam do processo de produção, acabam por não usufruir deste.

“Primeiramente, o trabalho alienado se apresenta como algo externo ao trabalhador, algo que não faz parte de sua personalidade. Assim, o trabalhador não se realiza em seu trabalho, mas nega-se a si mesmo. Permanece no local de trabalho com uma sensação de sofrimento em vez de bem-estar, com um sentimento de bloqueio de suas

energias físicas e mentais que provoca cansaço físico e depressão. (...) Seu trabalho não é voluntário, mas imposto e forçado. (...) Afinal, o trabalho alienado é um trabalho de sacrifício, e mortificação. É um trabalho que não pertence ao trabalhador, mas sim à outra pessoa que dirige a produção.

A alienação, portanto, interfere na capacidade dos indivíduos de agir e pensar sozinhos de acordo com seus próprios conhecimentos, ou seja, ele não tem consciência da função que desempenha no meio social que habita e, por vezes, nem consciência de classe.

Recentemente, foi eleito para representar os estudantes deste grande colégio, um grêmio absolutamente conservador, a partir de um processo que expressou a interrupção da gestão em curso e que era composta por estudantes ligados aos movimentos mais progressistas. Em contraposição assume uma chapa diretamente ligada às atividades juvenis do mesmo governo que saqueou e agrediu seus professores em 29 de abril de 2015. Assumem em nome na não política, da neutralidade e do não partido. Aos olhos de outros estudantes parece contraditório numa escola em que os gestores levaram bombas, tiros e foram agredidos. De um lado, tem –se a suposta militância e de outras falas moralistas aos jovens sobre democracia e legitimidade que na verdade legitimam o mesmo o recuo conservador.

O que vivenciamos é o corporativismo que se objetiva na negação da dialética, nos provimentos pessoais, na materialização do recuo conservador numa gestão de escola que se entendeu progressista e que, a partir dos estudantes, legitima a lei da mordação, em que o denunciamento parece doutrinar a reflexão diária e o conservadorismo se veste num outro viés de alienação, produto do capitalismo e que expropria o jovem da capacidade de pensar.

Entre a análise e o lamento refiro-me aqueles que não tiveram suas consciências sequestradas:

‘A resistência é o resultado de uma alma que não se conforma com o sofrimento, luta incansavelmente, superando as tribulações, vendo além das tempestades um caminho de luz e segurança. Essa alma cresce do tamanho de seus sonhos e vê nas dificuldades degraus para se alcançar a vitória almejada...’ Harold Wilson

Desacredito na política pautada por estes, pois não só a alienação os move como também a hipocrisia quando não possuem a capacidade de mostrar quem realmente são!



Contribuiriam para a edição deste volume: Geraldo Balduino Horn e Alexsander Machado